



RESULTADOS DOS DEZ ANOS DE AUTONOMIA DA USP

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Em 1988, em meio a uma crise universitária de grandes proporções, com uma interminável greve nas universidades paulistas, o Governo do Estado decidiu conceder às suas três universidades a tão sonhada e reclamada autonomia. Com isso, livrava-se o Governo de ter que discutir isonomia de tratamento salarial entre as universidades e os demais setores do funcionalismo público paulista. Aumentos ficariam por conta dos reitores e estabelecidos pelo conselho dos reitores, o CRUESP, e os problemas de pagamentos de pessoal eram, a partir da autonomia, problemas a serem enfrentados dentro das próprias universidades.

Para isso, estabeleceu-se qual a participação orçamentária das universidades, em relação à arrecadação do ICMS nos últimos três anos, sem considerar repasses extras, e este percentual passou a ser a alocação orçamentária automática às três universidades. Embora o cálculo do repasse levantasse dúvidas, justificando as previsões pessimistas de um arrocho orçamentário em um primeiro momento, e alguns riscos, como atrelar o orçamento das universidades às flutuações do ICMS, ou seja, da atividade econômica do Estado, esta forma de financiamento trouxe inegáveis vantagens gerenciais para as universidades, que passaram a ter mais liberdade na decisão de onde aplicar os recursos e garantia de liberações periódicas.

Por outro lado, o Estado dava a elas um cheque em branco, mesmo que às vezes menor do que a média de outros meses, sem exigir, no entanto, uma contrapartida de desempenho explícita e negociada por parte de seus órgãos dirigentes.

Não seria um projeto bem visto pelos especialistas internacionais em gestão universitária, mas representava um avanço, se bem administrado, em relação ao que se tinha e ao sistema federal.

No princípio foi tudo muito difícil. Novas contratações foram "autonomamente" decididas, somadas a promoções baseadas somente no mérito e preenchimentos de todas as vagas ocorridas no ano, levaram a USP a uma profunda crise financeira nos primeiros tempos da autonomia, chegando a ponto de atrasar o pagamento do décimo terceiro salário relativo ao ano de 1989.



Naturalmente, surgiram dúvidas se as universidades tinham maturidade para se autogerirem financeiramente. Afinal, como já dizia a lei de Bowen: "A universidade levanta todo o dinheiro que pode e gasta todo o dinheiro que consegue".

Mas a USP reagiu. Reviu suas prioridades, analisou sua execução orçamentária, estabeleceu limites orçamentários para promoções, como qualquer empresa. Extinguiu a tradição de preencher as vagas automaticamente, geralmente sem demonstração da necessidade, além de modificar a política de contratações e promoção, foram revistos os contratos de manutenção, os critérios de alocação de recursos e foram estabelecidos indicadores para homogeneizar o atendimento às diferentes faculdades, dentro das restrições impostas.

Sem dúvida, a autonomia, no primeiro momento, em função da falta de experiência e da inflação galopante do início dos anos 90, parecia implicar, mais do que tudo, em uma redução de custos e numa ameaça à qualidade acadêmica. No entanto, logo, os primeiros indicadores de desempenho sugeriram o contrário: a produção intelectual da universidade crescia significativamente!

O Anuário Estatístico 2000 da USP, em sua edição resumida, faz o acompanhamento de alguns resultados da USP nos dez anos de autonomia (1989-1999).

Nos três itens ligados ao quantitativo de recursos humanos, nota-se uma redução significativa, com 16% de redução no corpo docente ativo, 20% no de funcionários e uma consequente redução de 7,5% do percentual de pessoal ativo ao orçamento global. Foi um esforço significativo, levando-se em conta a estabilidade do funcionalismo, a demanda permanente pelo aumento de pessoal de cada setor e as pressões corporativistas das associações de docentes e funcionários.

Este resultado decorre, principalmente, do não preenchimento, automático, das vagas abertas por demissões (voluntárias ou não) ou por aposentadorias. A preocupação seria, então, com a possível perda de qualidade acadêmica da USP. O que aconteceu com ela neste tempo? Teria sido a USP "sucateada"? Como afirma o professor W. F. Massy em seu livro *Resource Allocation in Higher Education*: "Aumentos de produtividade são considerados impossíveis nas universidades, onde reduções localizadas de gastos são sempre tratadas como ameaças à qualidade... No entanto, como em qualquer organização, nem sempre isto é verdade!".



No caso da USP, por exemplo, deu-se justamente o contrário. Nestes dez anos, demonstrando a maturidade alcançada por sua comunidade, a USP viu as suas publicações científicas por docente crescerem em 81%, a produção anual de dissertações de mestrado e de teses de doutorado multiplicado por duas vezes e meio e a relação aluno / professor aumentar em 60% (13 professores por aluno, em 1999, valor semelhante aos índices internacionais para universidades de pesquisa).

Em suma, o recente Anuário Estatístico publicado pela USP vem demonstrar que a autonomia, mesmo que baseada em uma legislação ainda defeituosa, pode trazer melhorias reais na gestão das universidades, com ganhos de produtividade significativos baseados numa reorientação da aplicação dos recursos, que passam a obedecer às prioridades desenhadas pela própria instituição.

Isto mostra que não somos diferentes do resto do mundo, que reconhece, na autonomia universitária, um bem necessário ao pleno desenvolvimento do ensino superior. Quando veremos o mesmo acontecer no sistema federal?

Artigo inserido no site em maio / 2001 e publicado no jornal O Estado de São Paulo - 23/05/01, Espaço Aberto.